

### III. Perfil social

Leôncio Martins Rodrigues  
Adalberto Moreira Cardoso

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, LM., and CARDOSO, AM. Perfil social. In: *Força sindical: uma análise sociopolítica* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 23-41. ISBN: 978-85-7982-020-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

### III. PERFIL SOCIAL

#### *As categorias profissionais*

O congresso de fundação da Força Sindical reuniu basicamente entidades do setor industrial, com predominância do ramo metalúrgico e, em menor medida, do de alimentação. Em conjunto, os delegados dos sindicatos metalúrgicos e da alimentação somaram 37% do total de participantes. O setor do comércio contribuiu com 28%, enquanto o número de delegados de sindicatos de trabalhadores rurais e funcionários públicos foi bastante baixo.

*Quadro II-1*  
*Congressistas por tipo de entidade*

Indústrias metalúrgicas	25,6
Indústrias da alimentação	11,7
Indústria do papel e do papelão	4,0
Outras indústrias	19,0
Comércio e serviços	28,5
Setor rural	3,5
Funcionalismo público	2,9
Outros setores	4,8
Total	100,0

Em larga medida, o elevado número de metalúrgicos decorreu do peso dos delegados do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de São Paulo (doravante designado Sindicato dos Metalúrgicos), que forneceu também grande parte da infraestrutura administrativa para o congresso. De igual modo, a porcentagem elevada de trabalhadores do ramo da alimentação relaciona-se com o apoio que a Federação dos Trabalhadores da Alimentação deu para a criação da Força Sindical. No setor industrial, são as duas grandes bases de apoio da nova central. No entanto, em proporção consideravelmente menor, havia também delegados de outros ramos da indústria que, para uma melhor visualização da composição do congresso, apresentamos no quadro seguinte.

Quadro II-2  
Congressistas por ramo industrial

Metalurgia, mecânica e material elétrico	25,6
Alimentação	11,7
Papel e papelão	4,0
Construção e mobiliário	2,3
Têxteis	2,2
Construção civil	1,8
Química e farmacêutica	1,5
Olaria, cal, cimento, cerâmica	1,4
Gráfico	1,3
Vestuário	1,1
Outras indústrias	7,4
Total	60,3

A Direção Nacional da Força Sindical reflete a composição do congresso, com a predominância de dirigentes dos sindicatos de metalúrgicos, seguidos dos da alimentação. Além do fato de a presidência da Força Sindical ser ocupada por um dirigente sindical metalúrgico, os sindicalistas deste setor ocupam aproximadamente um quarto dos lugares da Direção Nacional.<sup>1</sup> Os sindicatos do setor de comércio e serviços compreendem 29% da Executiva Nacional. Os dirigentes dos sindicatos e federações dos setores de comércio, serviços e indústria somados ocupam mais de 90% dos lugares. Deve-se notar a ausência de sindicalistas de associações ou sindicatos de funcionários públicos e a existência de apenas 1,5% (um caso, em termos absolutos) de dirigente de sindicato de trabalhadores rurais, fato indicativo da fraca penetração da Força Sindical neste setor, amplamente dominado pela CUT. Por outro lado, muitos dos sindicatos do comércio e serviços representam categorias profissionais de ramos de pouco peso na economia e na estrutura sindical brasileira. Este é, por exemplo, o caso do Sindicato de Empregados Desenhistas, Técnicos Artísticos, Industriais, Copistas, Projetistas, Técnicos e Auxiliares; do

<sup>1</sup> O fato é indicativo da posição hegemônica ocupada pelos metalúrgicos no movimento sindical brasileiro. Deve-se lembrar que o presidente da CUT vem também de um sindicato de metalúrgicos. Aliás, apenas o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema possui atualmente três de seus dirigentes na Executiva Nacional da CUT, composta por 25 membros. Também dentro do PT os metalúrgicos têm posição destacada. Além do fato de o principal líder deste partido ser um ex-metalúrgico, os dirigentes e ativistas de sindicatos de metalúrgicos têm forte peso nos escalões dirigentes do PT.

Sindicato dos Técnicos em Segurança do Trabalho; do Sindicato dos Vigilantes; da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Difusão Artística e Cultural, etc. A mesma coisa ocorre com as entidades do grupo “outras indústrias”, onde estão incluídos os delegados do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas; do Sindicato de Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores da Indústria da Confecção; do Sindicato dos Técnicos em Segurança do Trabalho, etc. Em muitos casos, trata-se de diretores de sindicatos de pequeno porte, de pouca importância econômica e de limitada capacidade de mobilização e de pressão sindical. Vale ressaltar que, também na Executiva Nacional da CUT, há muitos dirigentes de sindicatos ou associações de menor significação no interior do sindicalismo brasileiro. Tal é o caso da Associação Brasileira de Enfermagem; do Sindicato dos Engenheiros da Bahia; dos Médicos de Alagoas; do Centro dos Professores de Goiás,<sup>2</sup> etc. No entanto, no caso da Força Sindical, a inexistência, em sua direção máxima, de dirigentes de grandes sindicatos se deve principalmente à fraca influência da FS em ramos importantes da atividade econômica, como petróleo, ferrovias, funcionalismo público, etc.

No caso da CUT, pelo contrário, a ausência em sua Executiva de alguns grandes sindicatos (como os metalúrgicos de Belo Horizonte, de João Monlevade, de Canoas, dos petroleiros, dos químicos de São Paulo, etc.) relaciona-se ao jogo político interno da CUT, isto é, à luta entre as facções partidárias, e à disputa entre os dois grandes sustentáculos da CUT, o Sindicato dos Bancários de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, este último fortemente representado na Executiva, com três cargos importantes. Deve-se considerar, por outro lado, a necessidade de composições que tenham em conta os interesses regionais. Especialmente nos casos do Norte e Nordeste, onde os sindicatos do setor de serviços e notadamente do setor público são importantes, cumpre “abrir espaços” para dirigentes de sindicatos relativamente pequenos ante os grandes sindicatos do Sudeste. Porém, na CUT, a variável mais importante na determinação da composição da Executiva é a variável *político-partidária* e não a propriamente sindical. Na Executiva Nacional da CUT estão representadas *tendências políticas* e não correntes sindicais ou, de

<sup>2</sup> Cumpre observar, no entanto, que o Sindicato dos Professores de Goiás, dada a ausência de um setor industrial desenvolvido nesse Estado, é um dos mais importantes de Goiás.

modo mais preciso, *tendências políticas que se expressam através dos sindicatos sob seu controle*.<sup>3</sup> Talvez o exemplo mais eloquente desse aspecto é a presença, na alta liderança cutista, de Cyro Garcia, que, após a derrota de sua chapa nas últimas eleições do Sindicato dos Bancários do Rio, não ocupa mais nenhum posto na diretoria do referido sindicato. Continua, contudo, na direção da CUT como representante da Convergência Socialista, ou seja, de uma corrente política importante no interior do sindicalismo brasileiro.

Este aspecto político-ideológico esteve notavelmente ausente do congresso de formação da Força Sindical. Como mostraremos mais adiante, enquanto os congressos da CUT são altamente politizados e as discussões permanentemente atravessadas por uma problemática ideológica, o congresso da Força Sindical foi marcado pela falta de discussões políticas e ideológicas. Isso não significa afirmar uma uniformidade de preferências políticas entre os delegados ao I Congresso da FS, mas sim que a problemática ideológica não tem, nessa central, o mesmo espaço que encontra na CUT.

Mas, além de forças políticas e partidárias, a composição das centrais – no que diz respeito aos dirigentes das entidades que delas fazem parte – reflete os setores econômicos em que têm mais penetração. No caso da Força Sindical, que nasceu bem mais fraca do que a CUT e do que a CGT, não houve restrição ao número de delegados nem tampouco uma preocupação de controle e limitação do credenciamento dos delegados.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Este aspecto já se manifestava desde a formação da CUT. Na realidade, esta surgiu não só da atuação de lideranças sindicais, mas também de grupos políticos que militavam no meio sindical e operário. Esses dirigentes eram mais leais às suas organizações e partidos do que aos sindicatos que formalmente representavam. A “partidarização” da composição da Executiva Nacional acentuou-se após o IV Congresso Nacional da CUT, realizado em São Paulo no ano passado. Para a escolha dos delegados nos encontros estaduais, os delegados votavam em teses que expressavam as posições e concepções de cada tendência, que seriam representadas no congresso nacional na proporção dos votos obtidos no congresso estadual. Os delegados, embora formalmente sindicalistas e membros de determinado sindicato, eram representantes de uma dada corrente. Para uma análise crítica das posições da Articulação, bastante informativa das disputas ideológicas no IV Congresso, veja Vito Giannotti e Sebastião Lopes Neto, *CUT, Ontem e Hoje*, Petrópolis, Vozes, 1991.

<sup>4</sup> No último congresso da CUT, realizado em setembro de 1991 em São Paulo, a questão do credenciamento, num contexto em que as forças da situação e da oposição estavam bem divididas, transformou-se num dos pontos de batalha entre as diferentes facções políticas.

Aparentemente, no congresso da Força Sindical, todos os que desejaram participar, participaram. O esforço foi no sentido de ampliar o número de delegados. Consequentemente, a composição da liderança expressa, provavelmente bem mais do que na CUT, as categorias profissionais em que a nova central conseguiu mais apoio.

*Quadro II-3  
Direção Nacional  
Composição por entidades*

Comércio e serviços	29,2
Indústrias metalúrgicas	26,2
Indústrias da alimentação	16,9
Indústrias do papel e do papelão	1,5
Outras indústrias	18,5
Trabalhadores rurais	1,5
Funcionários públicos	–
Outras categorias	6,2
Total	100,0
N	65

O primeiro aspecto que chama a atenção no Quadro II-3 é o pequeno número de categorias profissionais representadas na alta liderança da FS. O setor da alimentação junto com o metalúrgico compõe mais da metade da Direção Nacional. Nota-se também, em forte contraste com a CUT, a fraquíssima participação de dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais, de funcionários públicos e de bancários.

### *Categorias profissionais e ocupacionais*

Assim, considerando os ramos dos sindicatos que apoiaram a formação da Força Sindical, não é de surpreender a elevada proporção de trabalhadores industriais entre os delegados. Como se nota no próximo quadro, quase 40% dos participantes era operários qualificados ou semiqualificados<sup>5</sup> enquanto a proporção de bancários, funcionários públicos e trabalhadores rurais foi muito baixa.

<sup>5</sup> Cf., por exemplo, sobre os diferenciais de participação sindical dos trabalhadores metalúrgicos, Leôncio Martins Rodrigues, *Industrialização e Atitudes Operárias*, São Paulo, Brasiliense, 1970, e *Partidos e Sindicatos*, São Paulo, Ática, 1989, especialmente o capítulo “Trabalhadores de uma Indústria Automobilística: Perfil Social e Participação Sindical”; José

Quadro II-4  
Profissão dos Delegados<sup>6</sup>

Operários qualificados e semiquilificados da indústria	36,9
Empregados especializados ou qualificados não manuais de escritórios	8,6
Ocupações não manuais sem qualificação	7,6
Profissionais de nível médio	7,5
Profissionais de nível superior	4,8
Empregados não manuais especializados de comércio e serviços	4,6
“Artesãos” (Trabalhadores manuais especializados)	3,4
Trabalhadores do setor de transporte rodoviário	3,0
Operários industriais de baixa qualificação	2,4
Bancários	2,3
Trabalhadores rurais	2,1
Funcionários públicos	1,9
Trabalhadores braçais sem qualificação	1,8
Administradores e pessoal de gerência	1,8
Trabalhadores qualificados da construção civil	1,8
Aposentados	1,1
Artistas	0,7
Professores do ensino médio e superior	0,5
Professores do ensino elementar	0,3
Trabalhadores semiquilificados da construção civil	0,3
Trabalhadores do transporte terrestre	0,1
Trabalhadores do transporte marítimo	0,1
Outras profissões/ocupações	1,1
Profissões/ocupações não identificadas	5,3
Total	100,0
N	1.147

Também no que tange à distribuição das profissões/ocupações, a composição da Direção Nacional reflete a encontrada no congresso. Os operários qualificados e semiquilificados compreendem 31% da Direção,

Sérgio Gonçalves, *Mão de Obra e Condições de Trabalho na Indústria Automobilística do Brasil*, São Paulo, Hucitec, 1985; sobre os trabalhadores das indústrias químicas, Annez Andraus Troyano, *Estado e Sindicalismo*, São Paulo, Símbolo, 1978; sobre os trabalhadores têxteis de Minas Gerais, Maria Andréia Loyola, *Os Sindicatos e o PTB*, Rio de Janeiro, Vozes, 1980; sobre as tecelãs da Grande São Paulo, Jessita Martins Rodrigues, *A Mulher Operária*, São Paulo, Hucitec, 1979; sobre os trabalhadores da indústria da cerâmica, Carmen Cinira de Macedo, *A Reprodução da Desigualdade*, São Paulo, Hucitec, 1979; sobre a qualificação das lideranças sindicais, Marcelo Grondim, *Perfil dos Dirigentes Sindicais na Grande São Paulo*, Cecode, 1985.

<sup>6</sup> Veja no Anexo deste capítulo a relação das profissões incluídas em cada categoria.

seguidos dos profissionais de nível médio (14%) e dos empregados de escritórios (11%). Os profissionais de nível superior, com diploma universitário, perfazem 6% do total. Por outro lado, tal como foi observado entre a massa de delegados, a presença de trabalhadores rurais e funcionários públicos é praticamente inexistente na alta liderança da Força Sindical.

Quadro II-5  
Profissão/ocupação da Direção Nacional

Operários qualificados e semiquilificados da indústria	30,7
Profissionais de nível médio	13,8
Empregados qualificados ou especializados de escritório	10,8
Trabalhadores não manuais sem qualificação	7,7
Profissionais de nível superior	6,2
“Artesãos” (Trabalhadores manuais especializados)	6,2
Bancários	6,2
Empregados não manuais especializados do comércio e serviços	3,1
Operários industriais não qualificados	3,1
Trabalhadores do setor rodoviário	1,5
Trabalhadores rurais	1,5
Outros	9,2
Total	100,0

De modo geral, nota-se a baixa participação das categorias habitualmente consideradas de classe média, notadamente os profissionais liberais e os funcionários públicos. Mas, no polo oposto, a proporção de trabalhadores rurais é mínima. Em larga medida, a ausência de funcionários públicos, professores e trabalhadores rurais se deve ao fato de a grande maioria dos principais sindicatos dessas categorias estarem filiados à CUT. Desse ângulo, parece importante uma comparação entre a composição profissional dos delegados da Força Sindical com os que estiveram presentes no BI Congresso Nacional da CUT, realizado em Belo Horizonte, em setembro de 1988.

No III CONCURTO, tanto os estratos de “classe média” como os dos trabalhadores rurais formaram um grupo bastante numeroso.<sup>7</sup> O fato de, na

<sup>7</sup> A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), o Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior e a Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) estão filiados à CUT. Na área da administração pública, dos 24 sindicatos de empregados públicos federais, 23 estão ligados à CUT. Dados retirados de Maria Sílvia Portella de Castro, “A Representação Sindical da CUT”, in: Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sílvia Portella de Castro, Suzana Sochaczewski e Iram Jácome Rodrigues, *op. cit.*

CUT, os trabalhadores rurais (de baixa renda e escolaridade), por um lado, e assalariados de classe média (com renda intermediária e escolaridade elevada), por outro lado, terem uma forte representação, faz com que a composição sócio-profissional da CUT seja muito mais heterogênea do que a da Força Sindical. Por isso, a CUT é politicamente mais homogênea e socialmente mais heterogênea do que a Força Sindical. No III Congresso da CUT, 91% dos delegados tinham o PT como o partido preferido, ao contrário do que aconteceu entre os delegados da Força Sindical, onde as preferências políticas distribuíram-se de modo relativamente equilibrado entre vários candidatos e partidos. Desse ponto de vista, pode-se dizer que a Força Sindical é politicamente mais heterogênea e socialmente mais homogênea do que a CUT. Essas observações, que pensamos serem corretas de modo geral, requerem algumas advertências. Em primeiro lugar, no caso da homogeneidade sócio-profissional da Força Sindical, deve-se levar em conta o peso que tiveram os metalúrgicos de São Paulo no congresso de fundação. Em segundo lugar, no que diz respeito à “homogeneidade política da CUT”, expressada na maciça preferência pelo PT, cumpre não esquecer a existência de numerosas tendências políticas bem definidas que atuam dentro dessa central. Essas correntes, quando do III Congresso, eram bem nítidas entre as lideranças, mas não dispomos de informações para dizer do grau de comprometimento político e organizatório da massa de delegados com essas correntes. Nossa suposição é de que era elevada. De todo jeito, parece não haver dúvida que, qualquer que seja a relação dos delegados do III CONCUR com as tendências internas do PT (e da CUT), esse partido é, de longe, o preferido pelos cutistas. Em terceiro lugar, convém alertar para o fato de que essas comparações estão sendo feitas com o In Congresso, ocorrido em 1988. No W Congresso, deve ter havido algumas alterações significativas no que diz respeito às preferências partidárias em virtude da adesão à CUT dos sindicatos controlados pelo PC do B e, em menor medida, pelo PCB. É provável, apesar disso, que o PT continue sendo o partido preferido pela grande maioria dos sindicalistas cutistas.

Os dados referentes à profissão/ocupação da massa de delegados e dos membros da Direção Nacional são indicativos da penetração alcançada pela Força Sindical nos diferentes setores econômicos. A baixa penetração no setor rural, no setor público e financeiro constitui um dos pontos fracos da nova entidade. Deve-se ter em conta que, na última década – não só no Brasil como em outros países da Europa ocidental e América do Norte – a

expansão do sindicalismo ocorreu principalmente entre os estratos médios, a começar pelos empregados do setor estatal.<sup>8</sup> Uma significativa extensão da influência da Força Sindical requer sua penetração entre os empregados do setor público, onde o sindicalismo brasileiro mais se desenvolveu durante a década de 80 e onde eclodiram greves prolongadas com perdas muito elevadas em termos de jornadas de trabalho perdidas.<sup>9</sup> Porém, as posições e ideologia da Força Sindical tornam difícil sua penetração entre os empregados do setor público, atraídos em maior escala pela CUT, mais socialista e estatizante e mais crítica a uma reforma do Estado que tenha como consequência a diminuição do número de funcionários ou a redução de seus vencimentos e vantagens adquiridas.

### *O Sindicato dos Metalúrgicos e o Congresso da Força Sindical*

Aproximadamente a metade dos operários qualificados e semiquilificados presentes no Primeiro Congresso da Força Sindical provinham dos sindicatos de metalúrgicos, vindo a seguir o sindicato do

---

<sup>8</sup> A taxa de sindicalização nos países desenvolvidos teria declinado ainda mais no transcorrer da década de 80 se não tivesse havido nesses países uma forte sindicalização dos empregados do setor terciário, em especial do setor público. Atualmente, calcula-se que, na Noruega e Países Baixos, a metade dos trabalhadores sindicalizados não exerce uma profissão manual. Na Alemanha, um sindicalizado em três pertence ao setor público. Na França, essa proporção é superior a 50%, sendo de 48% na Noruega, de 40% nos Países Baixos e Grã-Bretanha, 36% na Suécia e 35% na Áustria. Cf. Jelle Visser, “Syndicats européens: la grande mutation”, *Gewerkschaftliche Monatshefte*, Colônia, reproduzido por *Problèmes Économiques*, 5 de julho de 1989. Sobre a situação e transformações do sindicalismo europeu na década de 80, consulte também, do mesmo autor, “Trade unionism in Western Europe: present situation and prospects”, *Labour and Society*, Genebra, vol. 13, n.º 2, abril de 1988. Nos EUA, a partir de meados de 1985, pela primeira vez os trabalhadores manuais (*blue-collar*s) deixaram de constituir a maioria dos trabalhadores sindicalizados. Cf. Leo Troy, “Rise and Fall of American Trade Unions: The Labor Movement from FDR to RR”, in: Seymour Martin Lipset (org.), *Unions in Transition. Entering the Second Century*, Califórnia, Institute of Contemporary Studies, 1986. Nesse mesmo volume, outro renomado estudioso do sindicalismo chama a atenção para o fato de a Associação Nacional da Educação ter se transformado no segundo maior sindicato dos Estados Unidos. Cf. Walter Galenson, “The Historical Role of American Trade Unionism”, *op. cit.*, pg. 68.

<sup>9</sup> As pesquisas de Eduardo G. Noronha mostram o enorme avanço da ocorrência de greves no setor público. Para maiores detalhes ver *Greves na Transição Brasileira*, tese de mestrado defendida na Unicamp, Campinas, 1992. Veja-se também o artigo do mesmo autor, “A Explosão das Greves na Década dos 80”, in: Armando Boito Jr. (org.), *O Sindicalismo brasileiro nos anos 80*, São Paulo, Paz e Terra, 1992.

setor de alimentação, tal como se viu quando da composição da Executiva Nacional. Conseqüentemente, pode-se dizer que um em cada dois operários com alguma qualificação era delegado de algum sindicato metalúrgico, na maior parte dos casos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Já os trabalhadores industriais de baixa qualificação estavam principalmente no setor de alimentação (52%).

Como seria de esperar, cada grupo de profissão/ocupação tende a concentrar-se em determinados setores de atividade e, desse modo, nos sindicatos correspondentes. Os escriturários, secretários, almoxarifes, processadores de dados que formam a categoria dos não manuais qualificados de comércio e serviços são, na sua quase totalidade (93%), delegados dos sindicatos do setor de comércio e serviços, enquanto os agricultores e trabalhadores agrícolas estão, naturalmente, nos sindicatos de trabalhadores rurais. Porém, em razão das características da legislação sindical brasileira, há várias exceções à expectativa de que os trabalhadores se filiem aos sindicatos de sua profissão/ocupação. Ocorre que estando os sindicatos brasileiros organizados por ramo, e sendo o enquadramento sindical efetuado segundo a atividade econômica predominante em cada empresa, todos os empregados podem filiar-se ao sindicato do ramo de atividade em que for classificada a empresa. Assim, o escriturário, o marceneiro, o electricista, o pintor, etc. de uma empresa do setor metalúrgico serão representados pelo sindicato dos metalúrgicos e podem filiar-se a esse sindicato. Desse ângulo, o sindicalismo brasileiro seria, tomando-se a designação habitualmente utilizada, um sindicalismo de indústria, uma *industrial union* na terminologia americana. No entanto, os profissionais liberais (engenheiros, advogados, psicólogos, contadores, etc.) podem filiar-se a “sindicatos profissionais”, o que corresponderia a uma versão *white-collar* dos antigos sindicatos de ofício (*craft unions*), dos ex-artesãos transformados em assalariados. Conseqüentemente, as profissões/ocupações de nível superior e de nível médio (advogados, engenheiros e todas as profissões que exigem diploma universitário, assim como os técnicos de nível médio) estão distribuídas em sindicatos de diferentes categorias profissionais, algumas delas nada tendo em comum com a profissão/ocupação ou atividade profissional do delegado. É assim que, embora 40% dos profissionais de nível superior fossem representantes de entidades do setor de comércio e serviços, nada menos do que 11% deles eram delegados de sindicatos de metalúrgicos e, conseqüentemente, em algumas situações,

passam por “metalúrgicos”. A maior dispersão de grupos profissionais por entidades sindicais de ramos bastante diferenciados ocorreu no grupo dos empregados especializados ou qualificados de escritórios. Nesse grupo, 17% eram representantes de sindicatos metalúrgicos, 18% de sindicatos da indústria de alimentação, 26% de outras indústrias, 28% dos sindicatos de comércio e serviços, etc.

Tabela II-1  
Profissão dos delegados segundo entidade que representavam

Profissão	Entidade								
	Metalurgia	Alimentação	Papel	Outras Ind.	Com. e serv.	Func. Públ.	Rurais	Outras categ.	Total
Operário qualif. e semiquarif.	50,1	14,0	6,9	22,1	3,3	0,5	0,5	2,6	100,0
Empregados de escrit.	17,0	18,0	4,0	26,0	28,0	1,0	1,0	5,0	100,0
Não manuais sem qualif.	7,1	7,1	4,8	7,1	70,3	1,2	-	2,4	100,0
Profis. de nível médio	25,7	9,3	5,8	17,4	31,4	2,3	2,3	5,8	100,0
Profis. nível sup.	10,9	10,9	3,6	12,7	40,1	7,3	3,6	10,9	100,0
Não espec. com. e serv.	-	3,8	-	1,9	92,4	1,9	-	-	100,0
“Artesãos”	-	13,4	-	37,1	20,3	-	-	29,2	100,0
Trabs. setor rodoviário	-	2,9	2,9	2,9	85,5	-	2,9	2,9	100,0
Operários não qualif.	23,1	50,0	-	26,9	-	-	-	-	100,0
Bancários	3,2	-	-	3,2	93,6	-	-	-	100,0
Trabs. rurais	-	-	-	-	-	-	95,8	4,2	100,0
Outros	6,3	4,7	-	28,8	32,7	18,1	3,1	6,3	100,0
Total	25,6	11,7	4,0	19,0	28,5	2,9	3,5	4,8	100,0
N									1.078

No quadro seguinte, apresentamos a distribuição das profissões/ocupações dos delegados do III CONCUT e do congresso de fundação da Força Sindical. Para fins de comparação, algumas categorias foram agregadas,

reduzindo-se o número total de categorias profissionais presentes em ambos os congressos.

*Quadro II-6*  
*Categorias profissionais no congresso da Força Sindical e no III CONCUT*

<i>Categorias</i>	<i>FS</i>	<i>CUT</i>
Operários industriais qualificados e semiquualificados	36,9	8,3
Empregados não manuais especializados do comércio e serviços	4,6	4,1
Profissionais de nível médio	7,5	8,9
Profissionais de nível superior	4,8	11,0
Trabalhadores rurais e braçais	3,9	34,9
“Artesãos” (trabalhadores manuais especializados)	3,4	2,4
Operários industriais de baixa qualificação	2,4	3,4
Funcionários públicos	1,9	3,7
Trabalhadores qualificados da construção civil	1,8	2,4
Professores do magistério superior e médio	0,5	7,1
Professores do magistério elementar	0,3	2,2
Outras profissões	32,0	11,6
Total	100,0	100,0

Na CUT, se somarmos algumas categorias de elevada escolaridade, como os profissionais de nível superior (11,0%), os profissionais de nível médio (8,9%) e os professores do magistério superior e médio (7,1%), chegamos a 27% dos delegados de setores profissionais que, sem muita margem de erro, podem ser incluídos nos estratos intermediários da sociedade. As mesmas categorias, na Força Sindical, representam apenas 13%. Mas talvez o dado mais revelador das diferenças sociais entre a Força Sindical e a CUT venha da comparação entre os níveis de escolaridade dos delegados nos congressos das duas entidades.

No III Congresso da CUT, 34% dos delegados tinham curso superior completo ou incompleto.<sup>10</sup> Na Força Sindical, a proporção era bem mais baixa, de 16%. Na CUT, os delegados com grau de instrução de nível colegial completo ou mais compreendem 49% do total. Na Força Sindical, chegam a 40%. A composição social da CUT aparenta ser, assim, um pouco mais elevada do que a da Força Sindical. O quadro se complica, no entanto, se considerarmos os níveis inferiores de escolaridade. Neste caso, temos uma inversão da tendência. Entre os participantes do III Congresso da CUT, 33% dos delegados não tinham mais do que quatro anos de escolaridade. Na

<sup>10</sup> Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sílvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski, *op. cit.*

Força Sindical, em contraposição, havia somente 26% de delegados na mesma situação. Por outro lado, na CUT, havia 15% de analfabetos ou semianalfabetos, enquanto na Força Sindical a proporção era de 0,3%. Esses dados reforçam a ideia, já avançada na análise das profissões/ocupações das duas entidades, da maior homogeneidade interna da Força Sindical em comparação com a CUT. Cumpre enfatizar, aqui, que as discrepâncias sócio-profissionais no interior da CUT vêm principalmente do contraste entre os delegados dos sindicatos de trabalhadores rurais, de um lado, e os profissionais liberais e professores universitários, de outro, todos amplamente representados. Entre os trabalhadores rurais, 32% eram analfabetos, ou semianalfabetos, enquanto, entre os segundos, todos tinham formação universitária. No caso da Força Sindical, em primeiro lugar, o número inexpressivo de delegados de sindicatos rurais faz com que a proporção de analfabetismo seja insignificante. Em segundo lugar, como praticamente não há professores e a proporção de profissionais liberais, embora expressiva, é menor do que a encontrada no III CONCUT, as discrepâncias sociais e educacionais tendem a reduzir-se.

Esses números não nos devem fazer esquecer um dado fundamental, válido para as duas centrais. Se considerarmos que, de modo genérico, os indivíduos com escolaridade de nível colegial ou superior dificilmente podem ser incluídos nas classes baixas ou pobres e, se levarmos ainda em conta a presença significativa de profissionais liberais e de outras atividades profissionais do setor terciário, cerca da metade dos delegados presentes no III CONCUT e um terço da Força Sindical podem ser considerados genericamente como de classe média. Por outro lado, tendo-se em conta que a participação política e sindical dos delegados de baixa escolaridade geralmente é inferior à dos delegados de escolaridade mais alta (que têm mais informação, maior facilidade de expressão e argumentação), percebe-se que nas duas centrais – na CUT mais do que Força Sindical – os estratos intermediários têm um peso muito grande. No caso da CUT, se excluirmos os trabalhadores rurais, 52% dos delegados no III CONCUT tinham universidade completa ou incompleta e 72% tinham completado o curso colegial.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Como seria de esperar, há variação nos níveis de escolaridade dos delegados da CUT segundo as regiões. No Rio Grande do Sul, 60% dos delegados que participaram do V Congresso Estadual (1989) tinham nível de instrução colegial (a pesquisa não esclarece se trata de curso colegial completo ou incompleto). No setor de serviços (38% dos delegados), 69% dos delegados tinham curso superior. É interessante observar que a escolaridades das mulheres era



## Conclusão

Os dados relativos às categorias profissionais da Força Sindical indicam, em primeiro lugar, um leque mais estreito de categorias profissionais do que as outras centrais sindicais. O dado é indicativo de que (até o momento em que redigimos essa análise) a nova central conseguiu penetrar apenas em alguns poucos segmentos das classes trabalhadoras brasileiras. Neste aspecto, é particularmente significativa a ausência de trabalhadores rurais, de professores e de funcionários públicos em geral. Considerando que atualmente a expansão do sindicalismo tende a ocorrer em direção às camadas médias e ao setor público, o fato revela um ponto fraco da nova central que, a persistir, tenderá a prejudicar a sua expansão. Mesmo no setor industrial, a Força Sindical está praticamente restrita aos ramos metalúrgicos e da alimentação. Deve-se considerar que grande parte dos delegados metalúrgicos veio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, pois a Força Sindical não teve o apoio de muitos sindicatos metalúrgicos importantes do interior paulista e de outros Estados, quase todos filiados à CUT. Em segundo lugar, do ponto de vista sócio-profissional, vale ressaltar que os estratos intermediários, ainda que minoritários, são bastante expressivos, abrangendo cerca de um terço dos delegados. Em terceiro lugar, a composição social dos delegados no congresso de fundação da Força Sindical revelou-se bem mais homogênea do que a da CUT, fator que pode ser considerado favorável para o futuro da nova central em termos da elaboração de estratégias políticas e sindicais. No caso da CUT, a liderança é obrigada a tentar representar setores profissionais bastante

---

muito mais elevada do que a dos homens. Assim, 67% das delegadas do sexo feminino de todos os setores de atividade tinham curso superior, contra apenas 25% dos homens. “Pesquisa Perfil dos Delegados” que participaram do V Congresso da CUT do Rio Grande Sul, in: Leôncio Martins Rodrigues, Maria Sílvia Portella de Castro, Suzanna Sochaczewski e Iram Jacôme Rodrigues, *op. cit.*, Anexo II. Os mesmos elevados níveis de escolaridade, indicativos do peso dos delegados de classe média, foram encontrados entre os participantes do VI Congresso Estadual da CUT do Rio de Janeiro. Nessa reunião, 68% do total de delegados tinham escolaridade acima de colegial completo, e 38% tinham terminado uma universidade. Tal como se observou no congresso estadual do Rio Grande do Sul, os níveis de escolaridade das mulheres eram mais elevados do que os dos homens. Assim, 74% das delegadas tinham terminado algum curso superior e 87% tinham terminado o colégio. Em larga medida, os níveis mais elevados de escolaridade se relacionam à grande proporção de delegados do setor de serviços: 73% (N = 376). Cf. *Trabalhador e Militância Sindical no Rio de Janeiro – Um Perfil dos Delegados ao VI Congresso Estadual da CUT*, Rio, FASE, Secretaria de Formação Sindical CUT/RJ, NUPES/UFRRJ, 1991.

diversificados, cujas demandas e interesses nem sempre são coincidentes, podendo, às vezes, ser até mesmo divergentes. Assim, por exemplo, se considerarmos que as vantagens obtidas pelos trabalhadores do setor estatal e do funcionalismo público acabam por ser pagas pelo setor privado, a unificação das demandas dos sindicatos e associações dos dois setores é relativamente difícil e a contradição apenas se resolve na utopia da mudança socialista onde se realizaria a unidade de todos os “explorados”. As mesmas observações poderiam ser estendidas aos sindicatos de trabalhadores rurais que agregam principalmente pequenos proprietários e também assalariados rurais e posseiros. No caso desses últimos, a reivindicação e as formas de luta têm pouco em comum com a atuação propriamente sindical. Consequentemente, as temáticas unificadoras desses três segmentos (trabalhadores rurais, operários do setor privado e funcionários públicos) tendem a ser mais de natureza política do que sindical fato que concorre para aumentar o peso do fator ideológico como o cimento unificador de “todo o povo trabalhador” e para fortalecer a aspiração da CUT de falar em nome de todo os explorados e marginalizados.

Desse modo, nossa hipótese é de que quanto mais uma central estende e diversifica a sua penetração em segmentos diferenciados e heterogêneos das classes trabalhadoras, maior a dificuldade de conciliar demandas específicas e maiores a tendência de a problemática política predominar sobre a especificamente trabalhista. Se todos os demais fatores forem iguais, a presença de segmentos muito diferenciados da classe trabalhadora no interior de uma mesma entidade tende, segundo acreditamos, a elevar o coeficiente de conflito e de disputa interna. O dilema das centrais sindicais, assim, residiria no fato de que a ampliação de seu poder político – e consequentemente, de sua capacidade de intervenção no sistema político nacional – requer a incorporação e organização de amplas (e diferentes) parcelas das classes assalariadas de setores produtivos diferenciados, como trabalhadores do setor industrial privado, empregados do setor público, para não falar dos trabalhadores rurais, divididos entre assalariados, proprietários, posseiros, ocupantes, etc. As centrais sindicais são, assim, submetidas à seguinte disjuntiva:

- a. Ampliar a capacidade de pressão sobre o sistema político (Executivo, poder Legislativo, partidos políticos) mediante a organização de segmentos heterogêneos da população e sofrer, como contrapartida, o enfraquecimento da coesão interna e da

capacidade de atuação trabalhista e a correlata dificuldade de elaboração de proposições alternativas capazes de motivar segmentos heterogêneos das classes trabalhadoras. Para evitar esse dilema, as organizações de trabalhadores muito heterogêneas internamente inclinam-se a tornar suas demandas mais gerais e a orientá-las para mudanças sociais e políticas globais que, supostamente, interessariam a todo povo trabalhador.

- b. Fortalecer a coesão interna e a capacidade de pressão procurando organizar e representar uma parcela mais limitada da população trabalhadora. A consequência é uma atuação mais corporativa e uma diminuição da capacidade de pressionar o sistema político. A central, nesse contexto, tenderá a ser menos “política” e mais “economicista”. (Este ponto será retomado na *Conclusão*).

## ANEXO

### *Relação das Profissões/Ocupações*

- 1) *Trabalhadores qualificados e semiquilificados da indústria.* Este grupo abrange todos os operários industriais cuja ocupação é exclusivamente ligada à indústria e também trabalhadores com qualificação de tipo industrial quando empregados na indústria (caso de alguns encanadores, costureiros de couros, estofadores, eletricitistas, etc.). O tipo de sindicato a que pertence o delegado serviu para localizar esses casos. Estão incluídos neste grupo os laminadores, lustradores, balanceiros, montadores, operadores, funileiros, bombeiros hidráulicos, soldadores, carpinteiros, mandriladores, retificadores, impressores, metalúrgicos sem especificação, vidreiros, prensistas, tupistas, petroleiros, operadores petroquímicos, overloquistas, etc.
- 2) *Empregados especializados ou qualificados não manuais de escritórios.* Este grupo abrange os empregados de escritórios dotados de alguma qualificação ou especialização, geralmente com escolaridade média, sendo a escolaridade mais um requisito social do que técnico. Estão incluídos neste grupo: escriturários, secretárias, almoxarifes, datilógrafos, telefonistas, recepcionistas, processadores de dados, etc.
- 3) *Trabalhadores não manuais sem qualificação.* Este grupo abrange empregados de escritório e de setores de serviços que exercem tarefas não manuais de baixa qualificação. Estão incluídos neste grupo: porteiros, ascensoristas, *office-boys*, vigias, vigilantes, guardas de segurança, auxiliares de escritórios, contínuos, operadores de copiadoras, entregadores, frentistas, etc.
- 4) *Profissionais de nível médio.* Este grupo abrange trabalhadores que exercem atividades técnicas que não requerem formação universitária. Na quase totalidade dos casos, os delegados incluídos nesta categoria tinham curso colegial completo. Foram incluídos no grupo: eletrotécnicos, programadores, desenhistas, projetistas, diagramadores, técnicos de mecânica, de eletricidade, etc.
- 5) *Profissionais de nível superior.* Este grupo inclui todos os profissionais cujas atividades exigem diploma de nível superior.

Estão neste grupo: advogados, engenheiros, químicos, jornalistas, agrônomos e todos os profissionais considerados como “profissionais liberais”.

- 6) *Empregados não manuais especializados do comércio e serviços.* Este grupo abrange pessoal de comércio com algum tipo de especialização e qualificação para atividades de comércio e de vendas em geral: balconistas e vendedores, além de corretores e despachantes, estes últimos em número muito pequeno.
- 7) *“Artesãos” – Trabalhadores manuais especializados.* Este grupo abrange trabalhadores manuais qualificados ou especializados que não trabalham com máquinas. Foram incluídos neste grupo: alfaiates, costureiras (desde que não fossem empregadas da indústria), cozinheiros, oficiais eletricitas, pintores, encanadores, etc. (desde que não fossem empregados de indústria).
- 8) *Trabalhadores do setor de transporte rodoviário.* Este grupo abrange os trabalhadores qualificados do setor. Foram incluídos neste grupo os motoristas e os taxistas.
- 9) *Operários industriais não qualificados.* Este grupo abrange todos os trabalhadores industriais sem qualificação. Foram incluídos aqui todos os tipos de ajudantes e auxiliares do setor industrial.
- 10) *Bancários.* Estão neste grupo todos os empregados de estabelecimentos bancários e financeiros que exercem tarefas não manuais, o que significa dizer que os manuais do setor foram excluídos (varredores, encarregados da manutenção dos prédios, etc.).
- 11) *Trabalhadores rurais.* Nesta categoria estão tanto os pequenos proprietários como os assalariados e qualquer outro tipo de trabalhador na agricultura.
- 12) *Funcionários públicos.* Este grupo compreende todos que trabalham na administração direta do Estado em nível municipal, estadual e federal.
- 13) *Trabalhadores braçais sem qualificação.* Como o nome indica, esta categoria abrange todos os braçais sem qualificação, tais como lixeiros, carregadores, arrumadeiras, etc.

- 14) *Administradores e pessoal de gerência.* Compreende todos os que exercem posições de chefia no setor privado: gerentes, chefes de escritórios, etc.
- 15) *Trabalhadores qualificados da construção civil.* Compreende mestres de obra, ladrilheiros, encanadores, etc.
- 16) *Aposentados.* Todos os aposentados independentemente do tipo anterior de atividade ou de profissão. No caso da presente pesquisa, há fortes indícios de que quase todos os aposentados eram trabalhadores manuais ou empregados de baixa qualificação.
- 17) *Artistas.* Foram aqui incluídos músicos, pintores, cantores, etc.
- 18) *Professores do ensino médio e superior.* Todos os docentes e outros profissionais de nível universitário, ligados ao ensino ou à administração de universidades e colégios da rede pública e privada de ensino.
- 19) *Professores do ensino elementar.* Este grupo inclui todos os professores do magistério elementar público ou privado.
- 20) *Trabalhadores semiqualificados e não qualificados da construção civil.* O grupo inclui serventes, pedreiros, azulejistas, “meia colher”, etc.
- 21) *Trabalhadores do transporte terrestre.* Inclui motoristas, cobradores, ferroviários, metroviários, taxistas, etc.
- 22) *Trabalhadores do transporte marítimo.* Inclui motoristas de barco de pesca, oficiais da marinha, etc.
- 23) *Outras profissões/ocupações.* Todas as ocupações e profissões não incluídas nas categorias anteriores.
- 24) *Profissões/ocupações não identificadas.* Inclui as profissões que não puderam ser identificadas.